

Violência e Memória como matrizes para identidades no século XX

Lucas de Mattos Moura Fernandes¹

Resumo: A emergência da memória como elemento chave para a compreensão da história do século XX, em especial, marcada por processos sociais e políticos traumáticos trouxe à tona um desafio contra a hegemonia das grandes instituições produtoras de história. Mesmo a figura do historiador parece se inclinar para ouvir e compreender o tempo da vítima. Ao mesmo tempo em que a construção de monumentos e memoriais sugerem uma constante luta para perpetuar e significar a memória de uma sociedade que tende a se desfazer de suas lembranças, o protagonismo da testemunha na contemporaneidade tornou a elaboração de narrativas sobre o passado uma tarefa policêntrica. Pretendemos no estudo que se segue contemplar as principais posições tomadas especialmente por ensaístas e historiadores sobre como a história, enquanto campo do saber, deve se relacionar com a memória e seus decorrentes, assim como analisar os meios pelos quais as experiências traumáticas do século XX, como as guerras e genocídios, foram reelaborados com a finalidade de favorecer uma narrativa coesa e formadora de identidades.

Palavras-chave: Memória, Trauma, História Contemporânea, Identidades.

Violence, Memory and History in the Twentieth Century: Arrays for Identity

Abstract: The emergence of memory as a key element for the understanding of the history of the twentieth century, especially marked by traumatic social and political processes, has brought a challenge against the hegemony of the great institutions that produce history. Even the figure of the historian seems inclined to listen and understand the time of the victim. At the same time as the elaboration of monuments and memorials suggest a constant struggle to perpetuate and signify the memory of a society that tends to discard its memories, the protagonism of the contemporary witness has made the elaboration of narratives about the past a polycentric task. In the following study, we intend to contemplate the main positions taken especially by essayists and historians as to how history, as a field of knowledge, must relate to memory and its consequences, as well as to analyze the means by which the traumatic experiences of the twentieth century, such wars and genocides, were reworked for the purpose of favoring a cohesive and identity-forming narrative.

Keywords: Memory, Trauma, Contemporary History, Identities.

Artigo recebido em 01/11/2016 e aceito em 01/12/2016.

Introdução

O século XX foi marcado por um processo de massificação da cultura onde a identificação de grupos e comunidades regionais e nacionais se fundamentaram por vezes na reelaboração de memórias traumáticas mais abrangentes. As transformações ocorridas neste período histórico direcionam o olhar de um observador dos acontecimentos para a profusão de experiências com violência e conflitos, de modo que a historiografia metódica e documental preponderante desde meados dos oitocentos cedeu espaço para uma produção historiográfica menos preocupada com uma possível verdade dos fatos e mais voltada para as experiências vividas pelas testemunhas que trazem à tona narrativas heterodoxas e por vezes conflitantes com a história exposta pelos veículos oficiais de comunicação, especialmente a partir da década de 60.

Diante de tal tema nos vemos favorecidos pelo repertório analítico conceitual elaborado pelas ciências humanas para compreender os processos de construção de subjetividade de indivíduos e grupos que foram vítimas e/ou vitimadores. Pretendemos no estudo que se segue contemplar as principais posições tomadas principalmente por ensaístas e historiadores sobre como a história, enquanto campo do saber, deve se relacionar com a memória e seus decorrentes, assim como analisar os meios pelos quais as experiências traumáticas do século XX, como as guerras e genocídios, foram reelaborados com a finalidade de favorecer uma narrativa coesa e formadora de identidades.

A emergência da memória no debate historiográfico

A ascensão da memória como meio, não apenas individual, mas também social, de acesso ao passado colocou em debate a relação entre a história e memória, onde a primeira busca analisar cientificamente o passado a partir de suas provas documentadas e a última é predominantemente sentimental, sem compromisso com imparcialidade ou rigor ao reconstruir o passado, pelo contrário, a memória está sempre se valendo do presente para ressignificar e complementar as necessidades daquele que busca a lembrança.

Segundo Beatriz Sarlo^{II}, a emergência dos discursos enunciados em primeira pessoa e classificados como relatos não-ficcionais no mercado editorial na contemporaneidade, como histórias de vida, autobiografias, entrevistas e relatos memorialísticos, bem como a incorporação de testemunhos pessoais aos métodos das ciências humanas, em especial a história oral, seriam prova de uma guinada subjetiva experimentada a partir da crescente fragmentação da construção narrativa do passado a partir do momento em que cada colocação testemunhal contém em si sua própria legitimidade.

Contudo, ao longo do século passado assistiu-se à museificação^{III} nas cidades onde a apropriação do espaço urbano para elevação de monumentos que preservem e veiculem a memória, sendo um anteparo à tendência da sociedade de massas de romper com o passado, ainda quando precise de uma história para significar sua identidade. De acordo com Pierre Nora esses “lugares de memória” seriam justamente a resposta à necessidade desse indivíduo contemporâneo de identificação por meio de um passado não mais inteligível^{IV}.

Segundo Pierre Nora, a sociedade moderna utiliza-se enfaticamente da ritualização de uma “memória-história”^V em um determinado espaço na esperança de

que esta possa reunificar o indivíduo fragmentado que compõe a sociedade contemporânea. Desta forma os atos de recordar e rememorar possuem um papel fundamental para a construção ou manutenção de uma narrativa identitária que comprima as divergentes elaborações memorialísticas em favor de uma memória oficial, social.

Pensando nas formas possíveis em que a memória pode ser trabalhada pela historiografia, Cartroga propõe que a memória se edifica a partir de experiências sociais e é sempre reconstruída a partir do presente que a evoca^{VI}. A memória também é um exercício de alteridade na medida em que aquele que recorda se vê como um outro em relação ao “eu” que viveu. A memória social se coloca como matriz das memórias individuais, enquanto a memória coletiva seria a soma das recordações individuais finais destas. Recordar seria domesticar memórias, dar sentido e preencher lacunas com imaginação.

A articulação entre a monumentalização da memória e a construção da memória coletiva dá lugar uma veneração do lugares de memória, que sendo apropriados por motivos do presente, geralmente políticos, manifestam fisicamente uma interpretação do processo de formação da identidade de uma determinada comunidade que corresponde a seus elementos unificadores. Nas palavras de Traverso o passado é selecionado e moldado de acordo com as perspectivas culturais dominantes, dando forma ao “turismo da memória” que no século XX tornou-se deveras ubíquo, “com a transformação de locais históricos em museus e em visitas organizadas, dotadas de estruturas de acolhimentos adequadas”^{VII}.

Se por um lado a evolução da importância da memória como meio de acesso ao passado está relacionada à proliferação dos testemunhos produzidos sobre os principais fatos, de modo geral traumáticos, ocorridos no século em questão, Juliá expõe um processo de banalização da memória enquanto meio intrinsecamente legítimo de estudo do passado devido não apenas, como já mencionamos, os problemas de identidade numa sociedade globalizada, como também a preponderância do cultural na análise do passado, sendo um elemento chave a construção das memórias sobre o Holocausto por seus sobreviventes^{VIII}, por exemplo.

Concordando com Pierre Nora, Traverso situa a obseção pela construção de locais de memória num momento de crise das instituições sociais que garantiam a transmissão do significado do passado ao futuro, como a família e as religiões (em Nora, sociedades-história)^{IX}, processo que chegou ao auge na Grande Guerra, especialmente na Europa quando

muitos milhões de pessoas, sobretudo jovens camponeses que tinham aprendido com seus antepassados a viver segundo os ritmos da natureza, no interior dos códigos do mundo rural, foram brutalmente arrancados ao seu universo social e mental^X.

Completando assim um processo de modernização com a racionalização do tempo, da produção, com a mitificação do amor à pátria e com a massificação do sofrimento conferido pelas guerras. Entretanto foi por meio da divulgação da(s) memória(s) sobre a *shoa* que o século XX recebeu seu título de século dos genocídios, guerras e totalitarismos.

Experiências traumáticas no século XX e o papel do historiador

VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX

LUCAS DE MATTOS MOURA FERNANDES

A ocorrência de grandes períodos de conflito nas mais diversas partes do globo terrestre no século XX concomitantemente a grandes transformações políticas e sociais internacionais, apontam para a globalização dos processos históricos correspondentes a uma narrativa de história transnacional, como as Guerras Mundiais, as Guerras de descolonização, os conflitos no Oriente Médio e as outras diversas guerras civis que por vezes não são comportadas pelos limites da abordagem historiográfica ocidental.

A emergência da figura do sobrevivente, que testemunhou o massacre, a tortura, o conflito, e que espera-se que nas suas palavras esteja a verdade, não a verdade dos fatos, mas aquela que atende à necessidade de parte da sociedade que busca preencher as lacunas de um passado que vai se esvaindo ao longo do passar das gerações.

O protagonismo do observador no que Anette Weviorka chama de “Era da Testemunha” traz de volta pro debate historiográfico a perspectiva do indivíduo como agente da história^{XI}. Além disso, a identificação entre a testemunha e a vítima, postulando uma hierarquização entre os testemunhos entre sobreviventes diretos, indiretos e vitimadores, sendo acima de tudo pessoas que foram cristalizadas como parte desta religião civil de lembrança, mesmo que contra suas vontades, o público se apropria coercitivamente de suas memórias particulares^{XII}.

Em Halbwachs, autor incontornável no que se refere à relação entre memória e História, o conhecimento histórico se afirma na dispersão dos elementos da memória, quando esta se deteriora com o tempo e a multiplicidade das tradições são um meio problemático para o estabelecimento de identidade.

Na oposição que o referido autor faz entre memória e história, esta última estaria justamente ligada ao que há de científico na elaboração do conhecimento, uma construção racional lógica e exata, em contraponto a experiência vivida, por vezes sem possibilidade de verificação. Nesta dicotomia colocada por Halbwachs o papel do historiador seria justamente lidar com o passado colocando-o em seu devido lugar, numa posição estanque, onde supostamente não se contamine com o presente, mantendo com seu objeto de estudo uma relação de exterioridade.

Santos Juliá questiona a necessidade de discussão entre as diferenças entre memória e história como algo que desvia o foco do trabalho do historiador que versa sobre o passado a partir dos testemunhos. Sua tarefa principal seria investigar quem recorda, o que se recorda, como e para que finalidades, ou seja, o conteúdo e as práticas de memória e não necessariamente a relação que esta possui com outros elementos do ato de lembrança^{XIII}.

Juliá apresenta em seu posicionamento sobre a relação entre memória e história a positividade da ascensão do testemunho como meio de acesso ao passado, e ainda mais, o restabelecimento das vítimas para além da periferia do presente confrontando narrativas oficiais. Contudo a história não pode abrir mão de sua função como saber crítico de analisar os testemunhos tendo ciência dos perigos da manipulação do conhecimento sobre o passado por aqueles que Juliá chama de “empreendedores da memória”^{XIV}, que se valem de poder político ou econômico em disputa com outros empreendedores para adquirir legitimidade para a narrativa que lhes interessa.

Santos Juliá apregoa a autonomia da história enquanto disciplina científica em relação à memória, dependente das nuances do testemunho e que por ser manipulável por empreendedores e intérpretes, facilmente se dispõe como meio de dominação do

passado a partir de uma causa colocada pelos que disputam a legitimidade do poder no presente.

Desta forma afirmamos que o historiador que trabalha com testemunhos lida com um campo de disputas onde as narrativas atribuídas a instituições, vítimas e vitimadores concorrem entre si pelo direito de seus respectivos grupos de exporem suas vozes como parcela de uma memória coletiva e deve trabalhar contra um “beatificação acrítica do passado”^{XV}.

Em “Collective memory and cultural history: problems of method”, Confino problematiza as dificuldades de se trabalhar a memória dentro do debate historiográfico considerando esta mais um rótulo que um conteúdo. Segundo o autor, a memória não teria capacidade explicativa como um conceito e é vista pejorativamente pela possibilidade de ser revisitada com o objetivo de construir mitos.

Devemos pensar em como o termo “memória” pode ser útil se articulado com o cultural, o social, o político, entre a representação e a experiência social. Assim como comenta Santos Juliá, de acordo com Alon Confino a invenção e apropriação de memórias aponta para uma disputa de poder em uma determinada sociedade.

Confino faz uma análise da relação entre “história da memória”, mentalidades e a obra de Aby Warburg (1866-1929). Warburg colocava a questão do por que algumas imagens do passado triunfam e outras não, trabalhando assim a relação entre a representação artística e o mundo social buscando reconstruir a relação entre as representações artísticas e as experiências sociais, compreendendo que a arte não fala por si mesma.

Segundo Alon Confino a metodologia proposta por Warburg cria um elo entre a americana *history of mentality* e os estudos da memória considerando que deve-se observar áreas de convergência como a interseção entre político e social e a “história da memória”, a recepção e a evidência das memórias e o relacionamento entre diferentes memórias em uma mesma sociedade^{XVI}.

Partindo dos pressupostos metodológicos supracitados, Confino desfere críticas ao método utilizado por Henri Rousso para analisar o impacto da chamada “síndrome de Vichy” na sociedade francesa pós Segunda Guerra. Confino critica o fato de que Rousso acessou seu objeto de estudo apenas pelos vestígios visíveis e representativos, tentando explicar a referida síndrome separando os elementos de sua construção das formas de recepção^{XVII}.

Confino, estudioso das memórias traumáticas nos diferentes países da Europa, propõe em suas reflexões sobre a escrita da história da memória uma preocupação com a construção de unidade contextual entre os aspectos políticos, sociais e culturais, inclusive dedicando atenção ao fato de que toda memória possui uma representação social e um significado político^{XVIII}.

Desta forma compreendemos que uma das posições mais importantes que um historiador deve tomar diante dos artifícios da memória representados nas mais diversas dimensões da sociedade após uma experiência traumática e produtora de releituras posteriores por meio de testemunhos, seja o de ter especial cuidado com a análise do elemento subjetivo presente na rememoração por meio de ritos, mitos e locais de memória.

VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX

LUCAS DE MATTOS MOURA FERNANDES

Embora algumas das possibilidades de trabalho com os eventos traumáticos sejam limitadas ao campo analítico conceitual da psiquiatria e psicologia, o historiador não pode perder de vista o fato de que o trauma provoca uma série de repercussões socialmente perceptíveis e que por vezes a relembração, ou esquecimento, de uma situação de conflito aponta para a transferência de uma carga de significados de uma geração a outra, inclusive sobre a diversificação de interpretações sobre o ocorrido.

Eric Leed demonstra em sua obra esta preocupação ao relacionar as neuroses patologicamente classificadas com os traumas vivenciados por uma determinada sociedade^{XIX}. Determinadas doenças mentais como neuroses de guerra (*Shell shock*), Stress pós traumáticos, síndrome da guerra do Golfo, entre outras, são decorrentes de uma relação de rompimento com o passado ou ainda uma forma patológica que relembra descontroladamente de um passado que deve ser socialmente esquecido.

Na teoria histórica desenvolvida pelo historiador dinamarquês Jorn Rüsen^{XX}, o trauma seria resultado de uma ruptura no processo mental de consciência histórica. Segundo o autor do artigo “Como dar sentido ao passado”, a relação do ser humano com o tempo não apenas delimita suas experiências e expectativas como também provoca uma relação de alteridade onde o outro é por vezes percebido como um sujeito submetido a uma noção temporal diversa.

Ainda de acordo com Rüsen a ação humana seria orientada pelas interpretações individuais e coletivas da experiência histórica, produzindo externamente atitudes e internamente identidades. No pensamento deste autor o pensamento histórico supre a crise crítica da experiência do tempo onde padrões culturais de sentido e significado auxiliam a construção de narrativas reordenando elementos previamente presentes na cultura histórica.

O trauma pode ser explicado como sendo uma *crise catastrófica*^{XXI} onde uma experiência vivida destrói os princípios básicos de geração de sentido em si mesmos, não havendo repertório cultural disponível para elaboração imediata de uma narrativa que dê conta da necessidade de sentido do grupo ou indivíduo a ponto de sustentar a identificação entre o ocorrido e a linguagem no qual seria possível articulá-lo. Como também percebeu Leed, “há algo sobre as neuroses de guerra que invalida fundamentalmente as nossas categorias habituais de compreensão e interpretação históricas, exigindo que procuremos algo mais para explicá-las”^{XXII}.

Desta forma compreendemos como, por exemplo, o ex combatente retorna do front com suas experiências que são inomináveis diante das normas da sociedade a qual serviu, inclusive por não haverem signos que possam expor sua identidade histórica diante do repertório cultural limitado dos não combatentes. Daí a geração do mito da experiência de guerra enquanto ferramenta explicativa de uma realidade à parte da sociedade, salvo em tempos de exceção.

Em Mosse, “Two world wars and the myth of the war experience”, o autor analisa o período entre guerras a partir de suas consequências, tendo como foco os casos inglês, francês e alemão, a partir das experiências dos soldados no front. De acordo com o autor, o soldado que participou do front na primeira guerra mundial teria criado aquilo que se chama de “mito da experiência de guerra”, em que estes se veem como heróis e superiores aqueles que não participaram, tanto civis como outros militares da retaguarda^{XXIII}.

A elaboração desse mito foi possível como estratégia cultural de explicação do passado por conta principalmente da diferenciação entre o espaço da guerra e o espaço do convívio pacífico da sociedade, ou ainda o tempo da guerra e o tempo posterior ao fim do conflito, que exigiam posturas diferentes dos sobreviventes ao front. Quando a diferença entre o front e o combate em casa ficou menor, como na Segunda Guerra Mundial na Europa, a forma como a guerra era vista foi afetada.

O “o mito da experiência de guerra” se relaciona diretamente à forma como a memória de guerra foi absorvida por determinada sociedade por meio da diferenciação entre o acesso as informações sobre o front divulgados institucionalmente e as narrativas testemunhais dos ex combatentes.

A retomada do culto ao morto em batalha como um herói que salvou a pátria por meio da aspersão do seu sangue fundamenta primeiramente a construção da noção do soldado desconhecido, aquele que nos termos judaico-cristãos serviu de sacrifício vicário perfeito, ou seja, se a tropa guerreira em nome da sociedade o mártir é aquele que chegou ao ápice, morrendo em nome da mesma.

A sociedade posterior ao conflito verte a virtude do cidadão ideal sobre a figura do soldado morto em batalha que, para fins representativos, já não tem um nome próprio nem uma história individual, mas comporta as virtudes celebradas pela narrativa construída sobre o conflito.

Outra perspectiva do mito da experiência de guerra é a irmandade entre os soldados do front, aqueles que se posicionam como as únicas testemunhas vivas do combate e que ao relembrem a experiência traumática do conflito, diante de sua morte iminente e da morte de seus companheiros, buscam elaborar um repertório comum que dê conta desta experiência, muitas vezes resumido nas reuniões de excombatentes ou das sessões de psicoterapia entre os portadores de neuroses pós guerra.

De acordo com Mosse, a concepção do mito da experiência de guerra sofre uma mudança drástica a partir da diferenciação no formato de conflito entre a Primeira Guerra Mundial e as posteriores guerras do século XX, por dois motivos em especial: Em primeiro a ressignificação dos memoriais de batalha, pois se na Primeira Guerra os monumentos construídos eram voltados para a honra aos mártires, ainda relacionando-os aos ideais de nobreza dos exércitos de Antigo Regime, na Segunda Guerra os monumentos têm o objetivo de conscientização, visando a difusão do discurso de que as atrocidades cometidas pela suposta civilização entre os anos trinta e quarenta não devem ser repetidas, discurso que foi especialmente incorporado pela geração pacifista dos anos 60, tendo em vista o combate no Vietnã.

Em segundo lugar o “mito da experiência de guerra” passou por reelaboração motivada pelo encurtamento geográfico da distância entre a frente de batalha e a retaguarda. Com uma zona de conflito ilimitada, devido principalmente ao avanço dos ataques aéreos não apenas na Europa, mas também na Ásia, África, e no Pacífico, de alguma forma cidadãos comuns passam a experimentar diretamente a peleja, por conseguinte influenciar a elaboração da memória na condição de testemunhas^{XXIV}.

Mosse postula que um elemento fundamental para compreender as mudanças na forma como o mito da experiência de guerra é construído seria a trivialização da violência por meio da massificação da cultura da agressividade, onde a massificação da divulgação de cenas de conflito e acesso irrestrito a representações realistas de morte,

principalmente mediante o desenvolvimento da imprensa televisiva, de certa forma teriam banalizado a apreensão do homem sobre a morte.

Não é só experiência e equipamento de guerra que estão à venda no mercado internacional. O próprio espírito da guerra – a glória e o romantismo que foram antes associados às nobres estirpes e, depois, às nações – tornou-se artigo disponível na cultura de consumo global. Com Rambo e sua turma, Hollywood oferece um herói-guerreiro apátrida, indefinido, homem com poucas palavras e limitadas lealdades, disponível para a cultura de consumo global^{XXV}.

Entretanto, Antoine Prost em seu estudo sobre o impacto da guerra sobre as culturas políticas francesa e alemã, alerta sobre a demasia na valorização do mito da experiência de guerra na configuração de uma memória social que lide com o conflito passado. Segundo o historiador, o Hitlerismo e movimentos similares não seriam uma consequência lógica da experiência de guerra, pois no caso indaga-se, por exemplo, a ausência de um movimento correlato na sociedade francesa que passou por experiência traumática semelhante.

Prost entende a trivialização da violência da guerra de forma diferente de Mosse, para ele esta não significa necessariamente a perda de valor da vida humana, mas um tipo de artifício de desenvolvimento de repertório cultural para construção de narrativa sobre um fato ocorrido que provoca sentimentos que não se pode enfrentar diretamente.

Assim sendo, para Prost as diferenças entre a sociedade francesa e a Alemanha hitlerista não se relacionam à experiência de guerra, mas por tendências particulares de cada uma destas sociedades, inclusive pelo fato de possuírem à época tipos diferentes de nacionalismo, pois enquanto a França preza pelo republicanismo, na Alemanha apresenta-se uma colocação do indivíduo acima da instituição.

Ainda em desavença com as teses de Mosse, Prost entende que no período entre guerras não houve uma brutalização da política alemã, mas sim uma continuidade de elementos do período anterior à Grande Guerra como, por exemplo, a legitimação do uso da força, especialmente na diplomacia, seguindo o modelo praticado por Bismarck. Por outro lado, a política francesa seria tradicionalmente humanista e baseada na formação de coalizões políticas.

Esta perspectiva interpretativa que viemos acompanhando nos parágrafos anteriores claramente relaciona a reelaboração da memória, traumática ou não, com a finalidade de construir uma identidade, seja ela a identidade nacional, como propõem os monumentos aos mortos de guerra, ou à identidade do próprio indivíduo, que na condição de vítima traumatizada precisa lidar com a alteridade que faz com que este não se identifique com seu eu pretérito.

Identidade: entre o dever da memória e do esquecimento

A partir do momento em que relacionamos a discussão historiográfica sobre a importância da memória em relação à história de um povo, estamos caminhando em direção a um pressuposto unanimemente aceito nas ciências humanas de nosso tempo, que postula a mobilização de artifícios culturais para construção de uma narrativa identitária que se constrói ao longo da vida humana e as transformações sociais para além dos limites geracionais por meio dos processos de transmissão e reinterpretação de memórias conforme já havíamos discutido.

VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX

LUCAS DE MATTOS MOURA FERNANDES

Consideramos que a partir desta intensa dinâmica em que se formam e se modificam as identidades étnicas e nacionais devemos nos manter sempre atentos contra a ilusão de uma identidade homogênea que a partir de seu rótulo externo representa plenamente as mais diversas dimensões individuais de seus membros.

Comprendemos com isso que as identidades devem ser percebidas em termos da dinâmica social, sendo construídas coletivamente e tendo um caráter polissêmico, aberto e inacabado, sempre sujeita a ressignificação segundo as condições históricas^{XXVI}. Essas identidades socialmente construídas são oriundas de um processo de apreensão e reconhecimento de procedimentos, valores e memórias que nos aproximam dos que os compartilham e nos afastam/separam dos *outros*, aqueles que não os compartilham.

Desta forma a constante construção, apropriação e banimento de memórias do repertório cultural de uma determinada sociedade apontam diretamente para a fluidez de nossos tempos onde a identidade está sempre sendo ressignificada, aprimorada, polida, de acordo com os espaços abertos para a expansão da memória que determina a origem por meio de seus intérpretes, assim como o esquecimento faz parte desta construção historicamente realizada.

A noção de identidade está vinculada à forma como nos representamos e como nos representam os outros, sendo definida por Maria Cristina Chiriguini como um *proceso de identificaciones históricamente apropiadas que confieren sentido a un grupo social*^{XXVII}.

Desta forma, a ideia de pensar uma determinada identidade como socialmente construída implica em acessar seus processos internos e contextos como forma de investigar seus limites. É a partir da constituição de limites que a identidade se forja diante de um *outro* desenvolvendo um sentimento de pertença concomitantemente àquilo que não somos, um universo cultural distinto, alheio. Como expõe Maria Chiriguini

En ese sentido, las identidades se definen de manera negativa en el marco de las relaciones sociales donde interactúan permanentemente los seres humanos: la identidad femenina frente a la masculina, ser um adolescente es no ser adulto o niño, proclamarse como político de izquierda es no ser de derecha^{XXVIII}.

Não é em vão que em sua exposição clássica do tema identidade nacional, Ernst Renan coloca o esquecimento como pré requisito fundamental para a construção de identidades, pois foi ao longo de anos de conflitos e batalhas que as nações modernas forjaram não apenas seu espaço geopolítico, mas também na maioria dos casos sua população. Como encarar como compatriota aquele que ainda há pouco estava do outro lado da fortaleza, ou da trincheira, ou da mesa de negociações na disputa decolonial? *Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido coisas*^{XXIX}.

Bem sabemos que o tão debatido ensaio de Renan sobre o que é uma nação desemboca na premissa de que dentre todos os elementos apontados como compositores de uma identidade nacional moderna, o principal deles seria a língua enquanto meio de transmissão cultural.

Não cabe nos limites de nosso trabalho abordar os principais vieses do pensamento deste autor e ainda menos qual seria o estado da arte relacionado ao avanço de seus críticos, mas o citamos como uma linha ponderável sobre a relação entre a construção de modelo explicativo do passado, que como vemos se dá por meio do

repertório cultural para a elaboração de uma narrativa que permita a comunicação coerente entre o que relembra e seu interlocutor, quebrando uma fronteira temporal. Em outras palavras, a cura do traumatizado está em falar, contar uma história, sua história, a história que o prende.

Mas será o dever de memória da testemunha maior que o dever de esquecimento em favor de uma paz social? Em uma situação em que o recomeço e o pacto pelo esquecimento, representado pelos vários projetos de anistia e comissões da verdade, desde a estabelecida para apuração do Apartheid até a Comissão Nacional da Verdade, que se coloca como a sintetizadora do que realmente aconteceu nos porões da ditadura militar brasileira, implica a remoção do poder de perdão da vítima para o Estado, resta alguma liberdade de ressentimento por parte da mesma?

O estudo do caso de Jean Améry é altamente representativo de como a vítima se coloca diante da sociedade pós trauma como um habitante além da fronteira do tempo, no sentido de que vive um tempo passado que insiste em se fazer presente. Nascido em 1912 em Viena, Hans Chaim Meyer perdeu seu pai aos 4 anos de idade combatendo na Grande Guerra, recebeu uma educação católica romana de sua mãe e iniciou os estudos em filosofia e literatura na Áustria, mas a dificuldade econômica o impediu de completar os estudos.

Com a anexação da Áustria ao III Reich Alemão, Hans migrou sucessivamente para a França e a Bélgica, participando dos movimentos locais de resistência até ser capturado pela Gestapo em 1940. Após uma série de torturas onde se constatou não ser um portador de informações importantes foi “rebaixado” à categoria de prisioneiro judeu e mandado a vários campos de concentração, incluindo Auschwitz, até ser libertado em 1945 durante a invasão soviética a Berger-Belsen. Após a Guerra mudou seu nome para o anagrama Améry, simbolizando seu rompimento com a cultura alemã.

Em *Ressentimentos*^{xxx}, Améry inicia sua reflexão dando o exemplo bem claro de sua própria experiência, de quem viveu um passado traumático: sair por um “país florescente” e não saber dialogar com aquelas pessoas que vivem numa nova Europa, onde o que se passou foi esquecido ou sublimado, enquanto seu próprio pretérito ainda não se encerrou. Pessoas que há tão pouco tempo estavam em campos opostos por sua filiação ideológica, agora comportavam-se com cortesia uns com os outros, como manda a urbanidade.

O autor se coloca como incompreendido pelas pessoas modernas – e também como alguém que não compreende-, no sentido de que estas parecem estar numa nova etapa de tempo, como alguém que por seu rancor não considera a extinção do mundo e da realidade sangrenta que o marcou. Jean Améry contrapõe duas noções de temporalidade que distanciam aqueles que “venceram o passado” seja pelo perdão, seja pelo esquecimento, seja pela construção de uma narrativa que dê conta desse passado, daqueles que como ele guardam rancor.

A relação de Améry com o passado traumático mediada pelo ressentimento provoca uma relação de alteridade por meio da identificação “daquela parte da humanidade [...] que se convencionou chamar de vítimas do nazismo”, “nós os proscritos”, “os que estão pregados firmemente á cruz do passado destruído”, estando o autor incluso e contido nesta identidade e o leitor, por suposto, fora dela^{xxxI}.

No livro “Nos limites da mente”, onde Améry relata de forma sistemática e não-cronológica sua experiência do Holocausto, o autor sugere que embora sua identidade tenha sido construída como a de um europeu educado no catolicismo, ele se identifica como judeu na medida em que sente a tragédia perpetrada aos judeus como uma opressão interior. Em suas palavras, o fato de seu braço esquerdo conter o número de Auschwitz é mais significativo do que qualquer conhecimento sobre o pentateuco ou o talmude e mais vinculativo que as fórmulas básicas da existência judaica^{XXXII}.

Améry assume o lugar de fala daquele que viveu/vive em outra temporalidade, desconhecida diretamente pelos seus leitores. Um tempo próprio de seu ressentimento, que em sua perspectiva não afeta seus interlocutores, mas que para Améry jamais passou. A experiência localizável espacial e cronologicamente acompanha a vítima pelo simples fato de re-sentí-la.

Portanto, seu foco não está em refletir sobre o ressentimento a partir de suas implicações políticas, mas “descrever o estado subjetivo” do ressentido que, ferido pelo trauma passado, não encontra lugar de legitimidade em um novo contexto onde são exaltadas e até mesmo exigidas virtudes como perdão e conciliação, enquanto moralmente necessárias para selar o passado.

Améry fala por si, como ressentido, assumindo as condenações morais e clínicas que lhe são imputadas e as utiliza como fio de um novelo de memórias traumáticas que fazem parte de sua identidade. Améry não lança mão de uma “verdade de conveniência” pois o fato do sofrimento estar ainda presente indica para o ressentido que o passado ainda não acabou.

Jean Améry parece expor seu senso particular de justiça na possibilidade de uma extinção da Alemanha enquanto nação soberana venha compensar o crime coletivo perpetrado pelos alemães, estando a “moralidade universal” em desequilíbrio até então. Como o próprio previne o leitor, seu texto carrega o tom de desabafo e indignação contra a redução de danos e penalidades lançada pelos aliados no pós- guerra, como apoio para reerguer a Alemanha, e mais que isso, sua visão particular de que o arrependimento não havia sido internalizado à interpretação histórica alemã. Era inaceitável que a Alemanha superasse a derrota passada, quando as vítimas do nazismo, como ele mesmo, não teriam esse direito.

Conclusão

A emergência da memória como elemento chave para a compreensão da história do século XX, em especial, marcada por processos sociais e políticos traumáticos trouxe a tona um desafio contra a hegemonia das grandes instituições produtoras de história. Mesmo a figura do historiador parece se inclinar para ouvir e compreender o tempo da vítima.

Ao mesmo tempo que a elaboração de monumentos e memoriais sugeriram uma constante luta para perpetuar e significar a memória de uma sociedade que tende a se desfazer de suas lembranças, o protagonismo da testemunha na contemporaneidade tornou a elaboração de narrativas sobre o passado uma tarefa policêntrica.

De outra forma o estatuto a vítima não ameniza a situação do traumatizado, que submetido a outro regime de tempo, tem sua experiência cristalizada para satisfazer os interesses da comunidade a que sua memória pertence. Além disso, vimos como nos processos de reorganização dos países afetados por processos traumáticos duradouros,

VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX

LUCAS DE MATTOS MOURA FERNANDES

enquanto impecilho à unidade ideal da nação, se apropriarem de testemunhos para construção de uma narrativa que costure a trama a identidade, por meio da lembrança e por meio do esquecimento.

Ao analisar a forma como a memória é elaborada e reinterpretada, o historiador tem como objeto de trabalho não apenas aquilo que relaciona os indivíduos ao passado, seja pessoal ou social, mas principalmente os elementos que servem de repositório para edificação de barreiras ou relações entre pessoas e grupos. A memória em seus mais diversos aspectos serve de matéria prima para a identidade.

Notas

^I Lucas de Mattos Moura Fernandes é mestrando do programa de pós graduação em História Social da UFRJ. Sua pesquisa é assistida pelo CNPq. E-mail: professorlucasfernandes@gmail.com

^{II} SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.p.58

^{III} SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. Op.cit.p.11

^{IV} NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. Projeto História 10 (1993): 7-28 p.13

^V NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. Projeto História 10 (1993): 7-28 p.18

^{VI} CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra, Quarteto, 2001.p.32,33.

^{VII} TRAVERSO, Enzo. *O Passado, Modos de Usar*. Lisboa: Edições Unipop, 2012.p.10

^{VIII} JULIÁ,Santos. “Por La autonomia de la história. Claves de razón práctica”, 207.[consultado em 01/07/2013] http://www.essayandscience.com/upload/ficheros/noticias/201105/julia_2_2.pdf p.8

^{IX}NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. Op. cit. p.8

^X TRAVERSO, Enzo. *O Passado, Modos de Usar*. Lisboa: Edições Unipop, 2012. p.13

^{XI} WIEVIORKA, Annette. *The Era of the Witness*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

^{XII} TRAVERSO, Enzo. *O Passado, Modos de Usar*. Op.cit.p.17

^{XIII} JULIÁ,Santos. “Por La autonomia de la história. Claves de razón práctica”, 207.[consultado em 01/07/2013] http://www.essayandscience.com/upload/ficheros/noticias/201105/julia_2_2.pdf p.9.

^{XIV} JULIÁ,Santos. “Por La autonomia de la história. Claves de razón práctica”. Op. Cit. p.10

^{XV} JULIÁ,Santos. “Por La autonomia de la história. Claves de razón práctica”. Op. Cit. p.13

^{XVI} CONFINO, Alon. “Collective Memory and Cultural History: Problems of Method”. *American Historical Review* 102, 5 (1997): p.1392

^{XVII} CONFINO, Alon. *Idem*. p.1395

^{XVIII} CONFINO, Alon. “Collective Memory and Cultural History: Problems of Method”. *American Historical Review* 102, 5 (1997):p.1403

^{XIX} LEED, Eric, “Fateful Memories: Industrialized War and Traumatic Neuroses”, *Journal of Contemporary History* 35, No. 1, Special Issue: Shell-Shock (2000): 85-100. p.85

^{XX} RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2 , mar. 2009, p. 163-209. Disponível em <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12/12>>

^{XXI} RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2 , mar. 2009, p. 163-209. Disponível em <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12/12> p.171

^{XXII} “There is something about war neuroses that fundamentally invalidates our usual categories of historical understanding and interpretation, requiring us to look for something else to explain them”.

LEED, Eric, "Fateful Memories: Industrialized War and Traumatic Neuroses", *Journal of Contemporary History* 35, No. 1, Special Issue: Shell-Shock (2000): 85-100. p.86

^{XXIII}MOSSE, George. "Two World Wars and the Myth of the War Experience", *Journal of Contemporary History* 21, no. 4 (1986): 491-513 .p.491

^{XXIV}MOSSE, George. "Two World Wars and the Myth of the War Experience", *Journal of Contemporary History* 21, no. 4 (1986): 491-513 .p.491

^{XXV}EHRENREICH, Barbara. *Ritos de Sangue, um estudo sobre as origens da guerra*. Rio de Janeiro:Record, 2000.p.233

^{XXVI} CHIRIGUINI, M.C. Identidades socialmente construídas. in: CHIRIGUINI, M.C. (compil.): *Apertura a la Antropología: alteridad, cultura, naturaleza humana*. Buenos Aires: Proyecto editorial, 2008. p.61

^{XXVII} CHIRIGUINI, M.C. Identidades socialmente construídas. Op.cit. p.64

^{XXVIII} *Idem*.p.64

^{XXIX}RENAN, Ernst. *O que é uma Nação?*(1882) Disponível em <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf> p.6

^{XXX}AMÉRY, Jean. "Ressentimentos". In: *Além do Crime e Castigo*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2013. P.107

^{XXXI} AMÉRY, Jean. "Ressentimentos". In: *Além do Crime e Castigo*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2013. p.115

^{XXXII} "On my left forearm I bear the Auschwitz number; it reads more briefly than the Pentateuch or the Talmud and yet provides more thorough information. It is also more binding than basic formulas of Jewish existence." AMÉRY, Jean *At the Mind's Limits: Contemplations by a Survivor on Auschwitz and Its Realities*. Indiana Holocaust Museum Reprint Series. Translated by Stella P. Rosenfeld and Sidney Rosenfeld. Indiana University Press(1998).p. 94

Referências Bibliográficas:

AMÉRY, Jean *At the Mind's Limits: Contemplations by a Survivor on Auschwitz and Its Realities*. Indiana Holocaust Museum Reprint Series. Translated by Stella P. Rosenfeld and Sidney Rosenfeld. Indiana University Press(1998)

AMÉRY, Jean. "Ressentimentos". In: *Além do Crime e Castigo*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2013.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra, Quarteto, 2001.

CHIRIGUINI, M.C. Identidades socialmente construídas. in: CHIRIGUINI, M.C. (compil.): *Apertura a la Antropología: alteridad, cultura, naturaleza humana*. Buenos Aires: Proyecto editorial, 2008

CONFINO, Alon. "Collective Memory and Cultural History: Problems of Method". *American Historical Review* 102, 5 (1997): 1386-1403.

CORREIA, Sílvia. "Cem anos de historiografia da Primeira Guerra Mundial: entre história transnacional e política nacional". *Topoi* 15, n. 29 (2014): 650-673.

EHRENREICH, Barbara. *Ritos de Sangue, um estudo sobre as origens da guerra*. Rio de Janeiro:Record, 2000.

JULIÁ,Santos. “Por La autonomia de la história. Claves de razón práctica”, 207.[consultado em 01/07/2013]

http://www.essayandscience.com/upload/ficheros/noticias/201105/julia_2_2.pdf

LEED, Eric, “Fateful Memories: Industrialized War and Traumatic Neuroses”, *Journal of Contemporary History* 35, No. 1, Special Issue: Shell-Shock (2000): 85-100.

MOSSE, George. “Two World Wars and the Myth of the War Experience”, *Journal of Contemporary History* 21, no. 4 (1986): 491-513.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *Projeto História* 10 (1993): 7-28

PROST, Antoine. “The Impact of War on French and German Political Cultures”, *The Historical Journal* 37, no. 1, (1994): 209-217.

RENAN, Ernst. *O que é uma Nação?*(1882) Disponível em <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2 , mar. 2009, p. 163-209. Disponível em <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12/12>>

SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TRAVERSO, Enzo. *O Passado, Modos de Usar*. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

WIEVIORKA, Annette. *The Era of the Witness*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.